

LEVANTAMENTO DAS CANDIDATURAS ELEITAS NAS POLÍTICAS DE ARACAJU E NO ESTADO DE SERGIPE: CONJUNTURA DE GÊNEROS E SEXUALIDADES

Matheus Andrade de Moraes¹

RESUMO

Essa pesquisa surgiu como uma inquietação na finalização do estágio curricular do curso de Serviço Social executado na Coordenadoria de Políticas para Mulheres da Prefeitura Municipal de Aracaju. O objetivo deste trabalho foi de apresentar o levantamento das candidaturas eleitas na política do município de Aracaju e no âmbito do estado de Sergipe envolvendo questões de gêneros e sexualidades entre os anos de 2002 à 2022. A metodologia parte sob o olhar do materialismo histórico dialético, envolvendo uma pesquisa bibliográfica quanto questões de gêneros e sexualidades, bem como documental a partir de fontes do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Os resultados são quanti-qualitativos apresentados de forma descritiva, além de uma análise sobre como os fenômenos do cisheterossexismo na política institucional continuam assolando as conjunturas de mulheres e pessoas LGBTQIAPN+. Ao se observar sobre a política nos poderes legislativo e executivo no município de Aracaju e no estado de Sergipe se notou um reflexo patriarcal e LGBTQIAPNfóbico da formação sócio-histórica brasileira no sentido de uma massiva dominação masculina, cisheterossexual e branca. Os resultados também apontam que a maior parte das mulheres e pessoas LGBTQIAPN+ eleitas encontram-se nas assembleias legislativas, porém, nunca existiram prefeitas nem governadoras que fazem parte de algum desses dois grupos de recorte. As conjunturas apontam uma necessidade de articulação entre partidos políticos e sujeitas (os, es) eleitoras (es) com ênfase nas candidaturas de mulheres e LGBTQIAPN+.

Palavras-chave: Política, Sergipe, Gênero, Sexualidade.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe - UFS, mmoraes12@gmail.com.

INTRODUÇÃO

A luta política de mulheres e pessoas LGBTQIAPN+ não surgiu com as suas primeiras representações eleitas no Brasil, mas é decorrente de um campo de disputa de direitos, humanidades e representação nos espaços de tomadas de decisão. Ao defrontar-se com eleições políticas no campo democrático a realidade brasileira apresenta uma maior parcela de pessoas eleitas que possuem classe, raça, gênero e sexualidade nítidas, em sua grande maioria, historicamente, burgueses, brancos, homens cisgêneros e heterossexuais são aqueles que comandam o curso das decisões políticas. Sendo assim, a construção do Estado não poderia ser distante de uma realidade de pessoas com poderes hegemônicos que fazem parte de uma classe dominante.

Pensar em uma conjuntura com políticas voltadas para essas populações vulnerabilizadas pelo sistema é pensar em uma necessidade de guinada do que se é apresentado na contemporaneidade, porém, além de representatividade é necessário que o poder esteja nas mãos dessas populações, bem como voltada para essas populações com pensamento revolucionário e progressista.

A pesquisa foi voltada para observar numericamente as relações entre candidaturas de mulheres e pessoas LGBTQIAPN+, principalmente, aquelas que foram eleitas entre os anos de 2002 à 2022. Foi uma pesquisa que descreveu sobre o cenário de gênero e sexualidade seja à nível municipal, em Aracaju, além das eleições estaduais no que se refere à Sergipe.

Sobre justificativa informa-se a sociedade brasileira é em sua maioria formada por mulheres e/ou pessoas LGBTQIAPN+, essa parcela populacional deveria ser representada na estrutura política por essa maioria, o que não acontece. Enquanto formação profissional é importante que profissionais também estejam atentos (as, es) sobre quem elegem, uma vez que isso se refletirá no campo das políticas públicas. Outra questão é que essa pesquisa surgiu a partir de uma atividade sobre mulheres na política de Sergipe e que ficou como inquietação na finalização desse campo de estágio, sendo realizada em janeiro de 2023 ao passar as eleições de 2022.

O objetivo deste trabalho é de apresentar o levantamento das candidaturas eleitas na política do município de Aracaju e no âmbito do estado de Sergipe envolvendo questões de gêneros e sexualidades entre os anos de 2002 à 2022.

Metodologicamente a observação foi realizada sob a luz do materialismo histórico-dialético, se caracterizou como uma pesquisa descritiva, sendo uma abordagem quali-quantitativa. Quanto as técnicas utilizadas foram as pesquisas bibliográfica e documental colhendo seus resultados no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Os resultados apontaram para uma escassa quantidade de mulheres e LGBTQIAPN+ eleitas tanto em Aracaju como em Sergipe. Esse dado foi um sinal de alarme sobre quem ocupou/a os cargos na Câmara Municipal de Aracaju (CMA), na Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe (ALESE), na Prefeitura Municipal de Aracaju (PMA) e no Palácio do Governo do Estado de Sergipe.

As conclusões ressaltam que as lutas políticas no estado de Sergipe e na sua capital (Aracaju) são demasiadamente masculinizadas, além de apresentarem características de outras formas de exploração-dominação-opressão (como classe social e raça). O trabalho não encerrou e requer análises mais aprofundadas e analíticas no decorrer do seu percurso histórico, uma vez que deve acompanhar e revolucionar a realidade social.

METODOLOGIA

A metodologia abarcou o olhar do materialismo histórico-dialético que tem como um dos seus pilares a historicidade, nesse âmbito se observou sobre as candidaturas no movimento do passado, do presente mais próximo e citou o futuro em uma teia de complexidade histórica. A proximidade com a totalidade também se fez presente ao pensar sobre as políticas da capital e do estado de Sergipe, além de fazer uma síntese de compreensão com criticidade política.

A pesquisa foi de cunho descritiva, mas que apresentou breve análise de seus resultados uma vez que apenas dados não é realizar diálogo com a teoria em um movimento prático e contínuo. A abordagem em questão foi quantitativa ao passo que apresentou resultados em formatos numéricos, incluindo gráficos e quadros com as informações dos resultados, e qualitativa ao realizar reflexões entre a teoria e a prática.

As técnicas utilizadas foram: pesquisa bibliográfica ao estudar sobre as pesquisas realizadas anteriormente sobre as questões de gênero e sexualidade na política e a documental ao se desdobrar sobre os dados estatísticos no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que realiza dados sobre perfil das candidaturas e das pessoas eleitas. Nesse sentido a temporalidade escolhida foi de 20 anos (2002-2022) que passou por 5 eleições municipais mais 6 estaduais.

REFERENCIAL TEÓRICO

Entende-se que a categoria gênero aqui é entendida de maneira ampla entre o masculino, o feminino e outras formas de existência representativas. Para tanto se apoia na clássica fonte de Beauvoir (1967) na qual ela citou que não se define a

forma fêmea do humano, nem econômico, nem biológico, muito menos psíquico, porém, a sua sociabilidade enquanto um conjunto civilizatório.

Além disso, a participação de mulheres e pessoas LGBTQIAP+ na política pode auxiliar o sentido revolucionário no campo democrático enquanto representação para propagar ideais em prol de cidadania de pessoas que historicamente sempre foram silenciadas e/ou apagadas do campo da vida material: Já a representação simbólica diz respeito a como a presença das mulheres eleitas molda as crenças e atitudes do público. As cotas eleitorais afetam diretamente (Souza, 2020, p. 33).

Se analisarmos comparativamente o número populacional e o número de mulheres envolvidas diretamente com a carreira política, poderíamos constatar que a política é predominantemente masculina. Fato esse que se expressa como um reflexo de sociedades que se estruturaram com base em relações de gênero desiguais, como é o caso do Brasil. (Costacurta, 2016, p. 31)

Essa afirmação acima constata o quão a política ainda pertence ao poderio do masculino e isso reflete não somente nas políticas públicas (sejam pelas vias do orçamento, planejamento, execução), como também no imaginário social de que mulheres e/ou LGBTQIAPN+ não possuem capacidade par conduzir as frentes do Estado. Logo, o presente estudo apresentou um olhar sobre o cenário político na particularidade de Aracaju e em Sergipe a fim de contribuir com novas condições progressistas para a política.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este levantamento surgiu visto a necessidade de observar as candidaturas eleitas para eleições municipais de Aracaju que compreendeu de 2004 à 2020 e as eleições à nível estadual de Sergipe entre 2002 e 2022. Os dados abaixo iniciam com a conjuntura municipal da capital, foram analisados dados estatísticos das vereadoras, vice-prefeitas e prefeitas eleitas nas últimas 05 eleições municipais. Ressalta-se que o TSE não dá espaço para observar perfil quanto à sexualidade, apenas para nome social, portanto os resultados sofreram interferência, para tal questão foi levada em consideração pessoas LGBTQIAN+ que se posicionaram nas suas campanhas.

Quadro 1 - Mulheres e LGBTQIAPN+ candidatas (os, es) para cargo de vereadoras (es) (2004 - 2020)

ANO	MULHERES VERADORAS CANDIDATAS	MULHERES VEREADORAS ELEITAS	LGBTQIAPN+ ELEITAS (OS, ES)
2004	79	02	00

ANO	MULHERES VERADORAS CANDIDATAS	MULHERES VEREADORAS ELEITAS	LGBTQIAPN+ ELEITAS (OS, ES)
2008	58	04	00
2012	137	02	00
2016	141	02	00
2020	231	04	01

Fonte: Resultados de eleições do Tribunal Superior Eleitoral

O quadro acima demonstra uma estabilidade quanto ao número de mulheres eleitas para a Câmara Municipal de Aracaju. Importante salientar que os anos de 2004 e 2008 o quantitativo total de vereadoras (es) foram de 19 cadeiras, nestes casos o número de mulheres eleitas foram 02 (11%) em 2004 e 04 (21%) no ano de 2008.

A partir de 2012 o quantitativo total foi representado por 24 vagas para ser eleita (o, e) como vereador/a em Aracaju. No ano de 2012, ainda que com mais vagas, a quantidade total de mulheres eleitas diminuiu para 02 (8%) e em 2016 o número permaneceu o mesmo, uma baixa expressiva em número percentual. Em 2020 as mulheres eleitas voltaram a subir para o quantitativo de 04 (17%), porém, ainda assim não foi o percentual mais expressivo das últimas 05 eleições municipais.

Um dado que ganhou destaque na pesquisa feita foi que no ano de 2020 Aracaju elegeu a primeira mulher trans como vereadora, sendo ela a mais votada entre todas (os, es) as (os, es) candidatas (os, es), representando um avanço nas escolhas das (os, es) aracajuanas (os, es) por representações mais progressistas.

Sobre as candidaturas de vice-prefeitas (os, es) mulheres e/ou LGBTQIAPN+ foi revelado que no ano de 2004 as mulheres candidatas foram 1 (17%) de um total de 6 candidatos/as. Em 2008 não existiu quantitativo, ou seja, dentre as 05 candidaturas todas eram do gênero masculino. Em 2012 o percentual de 1 candidatura foi de 20% do total de 05. Em 2016 a única candidata representou 15% dos/as 07 candidatos/as.

Em 2004, 2012 e 2016 apenas uma mulher a cada ano se candidatou a vaga de vice-prefeita da capital sergipana, porém, apenas em 2016 foi que a vaga foi preenchida. No ano de 2008 nenhuma mulher se candidatou a vaga de vice-prefeita, o que revela um longínquo caminho para as mulheres acenderem o poder executivo em Aracaju.

No ano de 2020 foi o ano que registrou maior índice de mulheres candidatas ao cargo sendo 05 (46%) de um total de 11 candidaturas, destas a vice-prefeita eleita foi uma mulher, até o instante nenhuma candidatura LGBTQIAPN+.

No ano de 2004 as eleições para prefeita (o, e) tiveram 06 candidaturas no total, sendo 02 de mulheres (34%). Em 2008 foi apenas 01 candidatas do gênero feminino totalizando o percentual de 20% em relação ao total de 05 pessoas candidatas, esta mesma análise é válida para a eleição posterior de 2012.

Em 2016 foram 07 candidatos/as sendo 02 mulheres (29%) da representatividade foi feminina. Em 2020 das 11 candidaturas ao cargo principal da prefeitura de Aracaju 03 (28%) foram de mulheres.

Notou-se que em 2004 existiu o maior número percentual de mulheres concorrendo ao poder executivo enquanto prefeito/a da capital de Sergipe. Porém, diferente da categoria anterior (vice-prefeito/a), nenhuma mulher foi eleita como prefeita do município, bem desde o início da Prefeitura de Aracaju, há 131 anos, todos os prefeitos foram homens, o que se configura um caminho a ser percorrido para representação da mulher na política. O TSE também registrou que nenhuma candidatura LGBTQIAPN+ estava presente.

Ao observar a política estadual de Sergipe se apresenta os fatos a seguir.

Quadro 2 - Mulheres e LGBTQIAPN+ candidatas (os, es) para cargo de deputadas (os, es) estaduais (2002 - 2022)

ANO	MULHERES CANDIDATAS DEPUTADAS ESTADUAIS	MULHERES DEPUTADAS ESTADUAIS ELEITAS	LGBTQIAPN+ ELEITAS (OS, ES)
2002	43	06	00
2006	26	06	00
2010	22	06	00
2014	62	04	00
2018	111 (01 mulher com nome social)	06	00
2022	117	05	01

Fonte: Resultados de eleições do Tribunal Superior Eleitoral

O quantitativo total de cadeiras disponíveis para deputadas (os, es) estaduais em Sergipe de 24, a partir disto foi possível retirar informações estatísticas por meio da utilização percentual. Nos anos de 2002, 2010 e 2018 o total de deputadas eleitas foram 6 (25%), sendo está a composição mais alta de mulheres no cargo.

De 2002 para 2006 o número de eleitas caiu para 5 (21%) retornando ao seu quantitativo na eleição posterior de 2010. Já para o ano de 2014 a representatividade feminina reduziu para 4 (17%) o menor índice dentre as últimas cinco eleições.

Quanto a proporção de 2022 se comenta que não passou de 2% o comparativo de mulheres candidatas e as eleitas. Aqui existem dois fatos importantes, a candidatura de 01 homem trans com registro de nome social pelo TSE e a eleição de que uma dessas mulheres é uma pessoa trans, sendo esse último um fato histórico.

Dos 8 representantes às vagas de deputadas (os, es) federais entre 2002 - 2018 foram completamente ocupadas por homens, em nenhum registro histórico aconteceu de uma mulher nem pessoa LGBTQIAPN+ assumir este cargo. Esta demonstração é uma parcela da realidade brasileira de mulheres no Congresso Nacional. Apenas no ano de 2022, duas (02) mulheres cisgêneras foram eleitas para ocupar os cargos, até o instante, nenhuma pessoa LGBTQIAPN+ sem candidatura nem vitória nas urnas para esse cargo.

Quadro 3 - Mulheres e LGBTQIAPN+ candidatas (os, es) para cargo de senadoras (es) (2002 - 2022)

ANO	TOTAL DE CANDIDATAS (OS, ES)	MULHERES CANDIDATAS	MULHERES ELEITAS	LGBTQIAPN+ ELEITAS (OS, ES)
2002	14	01	00	00
2006	05	01	01	00
2010	14	01	00	00
2014	05	01	01	00
2018	14	01	00	00
2022	07	01	00	00

Fonte: Resultados de eleições do Tribunal Superior Eleitoral

Em 2002 o quantitativo de candidatas (os, es) ao senado federal pelo estado de Sergipe foi de 13 pessoas, sendo 01 (8%) mulher. No ano de 2006 o quantitativo total foi 05 candidatas (os, es) sendo 01 (20%) mulher e esta foi eleita garantindo a representatividade feminina.

No ano de 2010 a estatística foi igual ao ano de 2002, com 8% das (os, es) deputadas (os, es) candidatas (os, es) sendo 01 (uma) mulher sem vitória na eleição. Em 2014 repetiu-se o feito de 2006 com a garantia da presença feminina no Senado. Por fim, em 2018, foram 12 candidaturas sendo 01 (9%) mulher, sem nenhuma eleita e em 2022 apenas uma mulher candidata sem nenhuma eleita. Para a população LGBTQIAPN+ não existiu até o instante nenhuma candidatura tão pouco uma vitória.

De acordo com os dados estatísticos sobre vice-governadoras (es) o ano de 2002 ficou registrado como 7 candidatas (os, es) ao cargo de vice-prefeita (o, e) de

Sergipe, sendo deste 04 (57%) compostas por mulheres candidatas e uma delas foi eleita a vice-governadora naquele ano. Uma das melhores performances em questão de percentual desta pesquisa, com alta taxa de candidatura feminina.

Nos anos de 2006 e 2014 dos 06 candidatos todos eram homens, em 2010 o quantitativo foram de 07 candidatos homens, anos que foram diferentes de 2002. Em 2018 foram 10 candidatas (os, es), sendo 07 (40%) de mulheres e a vice-governadora eleita foi uma mulher, em 2022 foram 02 (duas) mulheres candidatas sem vitória, ao mesmo tempo que não houveram registros para a população LGBTQIAPN+.

Em 2002 foram 07 candidatos ao governo do estado de Sergipe, porém todos foram homens, candidaturas diferenciadas do mesmo ano para o cargo para vice governo. Em 2006, dos 06 candidatos também foram homens, o que se configura que as chapas elegíveis a concorrer a eleição foram compostas por homens.

Em 2010 das (os, es) 07 candidatas (os, es) 02 (29%) foram mulheres, no ano de 2014 das (os, es) 06 candidatas (os, es) 01 (17%) foram mulheres. Já em 2018 10 candidatos eram homens sendo apenas 01 (10%) eram mulheres, uma baixa representação feminina ao principal cargo do poder executivo de Sergipe. Em 2022 apenas 01 (uma) candidatura foi de mulher sem vitória, mas até o instante nenhuma pessoa LGBTQIAPN+.

O governo de Sergipe, bem como a prefeitura de Aracaju nunca foram comandados por mulheres nos cargos de governadora nem prefeita, respectivamente, o que seria primordial para um poder feminino no poder executivo da política.

Uma pesquisa de doutorado apontou que:

A visibilidade, ponto dos mais importantes para a população LGBT, ganha materialidade quando o movimento é chamado a ocupar espaços participativos dentro da estrutura institucional da sociedade política. Uma vez que tal estrutura é criada pelos governos em questão, as falas apontam para o papel de Lula, e com menor destaque Dilma, como determinantes na obtenção da visibilidade [...] (ALVES, 2016, p. 168).

Logo, existe uma urgência para representatividades LGBTQIAPN+, bem como mulheres que estejam ou não nessa população. O campo democrático só é feito a partir de visibilidade de um recorte populacional que historicamente é dominado e apagado, os dados anteriores demonstram isso.

Para Souza (2020) a ambição política é algo com mais percalços de eleições para mulheres uma vez a exclusão desses corpos (as) dos espaços. Aqui acrescenta-se a mesma validade de exclusão dos espaços de poder do Estado para as pessoas LGBTQIAPN+ que em Sergipe a única candidatura e vencedora tanto para

vereadora, quanto posteriormente, para deputada estadual foi de uma mulher trans de um partido tradicionalmente de esquerda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluiu-se que essa pesquisa é incipiente e requer maior aprofundamento teórico junto a esses dados apresentados. Por outro lado, a pesquisa apresentou dados que podem ser importantes para o território sergipano a fim de reformular novas estratégias da prática política com representatividade, mais do que isso, tomadas de decisões nas mãos de mulheres e/ou pessoas LGBTQIAPN+.

Movimento revolucionário necessita de olhares de uma dimensão contra hegemônica, unida também ao movimento contra o sistema classista e racista. Mudar essas estruturas de dominação é lutar contra um sistema socio-culturalmente construído para exterminar LGBTQIAPN+, além de dominar mulheres, tais questões são possíveis de serem combatidas através do movimento social, dos conselhos de direitos, mas principalmente com mais candidaturas e mais pessoas, desses recortes sociais, eleitas.

REFERÊNCIAS

ALVES, D. S. **Movimento LGBT, participação política e hegemonia**. Tese (Doutorado em Ciências Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo: a experiência vivida**. Difusão Europeia do Livro, Paris, 1967.

COSTACURTA, M. S. **Participação política das mulheres: do âmbito partidário ao comportamento legislativo**. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

SOUZA, F. T. **Representação Feminina no poder legislativo: cotas eleitorais de gênero e o papel do partido político**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.